



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/2018

Área Requisitante / Técnica	Gerência de Gestão de Pessoas – GGP
Área de Apoio Administrativo	Gerência de Compras e Contratos – GCC

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Requisitante / Técnico	Flávia Cristina Bianchin, matrícula 1092
Integrantes da Área de Apoio Administrativo	Henrique Pereira Soares, matrícula 975 Ingrid Wendy Carrel, matrícula 1177

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO	Serviço Continuado <u>SEM</u> dedicação Exclusiva de Mão de Obra
-------------------------	--

1. OBJETO

1.1. O presente ETP trata da contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, com vistas à elaboração, implementação, execução, acompanhamento e coordenação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), da elaboração de Laudos Técnicos das Condições de Ambiente de Trabalho (LTCAT), do preenchimento de Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPPs), e assessoria aos membros da CIPA e da Brigada de Incêndio do Coren-SP, em conformidade com as normas reguladoras e demais legislações que tratam do tema.

1.2. Os serviços deste expediente podem ser classificados como de natureza comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do artigo 1º, parágrafo único, da Lei 10.520 de 2002.

2. ANÁLISE E IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços objeto de estudo deste ETP correspondem à necessidade de atendimento integral, pelo Coren-SP, de todos os aspectos da legislação trabalhista referentes ao SESMT, às normas regulamentadoras do MTE e as Instruções Normativas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

2.2. A empresa a ser contratada, em que pese a inexistência de unidade interna no Coren-SP dedicada à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, virá a executar os seguintes serviços:

2.2.1. implantar e gerenciar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) previsto na Norma Regulamentadora nº 07 (NR 7), acobertando procedimentos referentes aos exames admissionais, demissionais, periódicos, de retorno e mudança de função dos empregados do Coren-SP (aqui entendidos como empregados do quadro efetivo, estagiários¹ e aprendizes), dentre outros;

2.2.2. elaborar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) da Sede e das unidades descentralizadas do Coren-SP, conforme previsão da Norma Regulamentadora nº 01 (NR 1), apoiando o Coren-SP no levantamento, identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos

¹ Art. 14, caput da Lei nº 11.788, de 2008 (Lei do Estágio): ‘Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio’.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ocupacionais, com propositura de medidas de prevenção dos riscos;

2.2.3. realizar a elaboração dos Laudos Técnicos das Condições de Ambiente de Trabalho da Sede e das unidades descentralizadas do Coren-SP, conforme exigência da Lei nº 8.213, de 1991 e legislação que a acompanha;

2.2.4. realizar, sob demanda, o preenchimento de Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPPs), documento destinado a prestar informações ao INSS relativas a efetiva exposição a agentes nocivos que, entre outras informações, registra dados administrativos, atividades desenvolvidas, registros ambientais com base no Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e resultados de monitorização biológica com base no PCMSO e PGR, em atendimento à legislação previdenciária vigente; e

2.2.5. assessorar tecnicamente a CIPA, conforme disposições da Norma Regulamentadora nº 5 (NR 5) e a equipe de brigadistas de incêndio do Coren-SP, conforme disposições da Norma Regulamentadora nº 23 (NR 23) e legislação que trata do tema, apoiando-os, do ponto de vista técnico, na execução das suas respectivas atividades.

3. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

3.1. A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico da atual Gestão (2021-2023), **sob o ID 113**, que visa à melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento de ambiente de trabalho saudável e diminuição, eliminação e prevenção de riscos associados às atividades profissionais, alinhado ao pleno atendimento da legislação vigente.

4. DA ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ATUAL

4.1. Em relação aos serviços de **Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho**, após a extinção de SESMT próprio no Coren-SP, em 2014, iniciou-se a contratação desse serviço por empresa especializada por meio de licitação. Desde então, foram realizados os Pregões Eletrônicos nº 22/2016 e 27/2017, acobertando, em grupo único e contemplando todas as unidades do órgão, serviços de SESMT, incluindo assessoria à CIPA e à Brigada de Incêndio do Coren-SP.

4.2. Neste momento, os serviços de SESMT do Coren-SP são prestados pela LNS Serviços Médicos Ltda – EPP, vencedora do Pregão Eletrônico nº 27/2017, última licitação realizada pelo Órgão para o objeto em questão.

4.3. Tendo em vista que a prestação dos serviços pela LNS ocorreu de maneira idônea, inexistindo histórico de intercorrências não resolvidas junto à Contratada, salvo ajuste de escopo do objeto, com a supressão de serviços de ginástica laboral, o instrumento inicial nº 39/2017, sofreu aditamentos de vigência contratual, sendo que, em 01/10/2022, atingirá o limite de 60 (sessenta) meses definido pelo inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/1993 (sem possibilidade de nova prorrogação, portanto).

4.4. Assim sendo, em relação ao modelo de execução do objeto delineado no PE nº 09/2017, admitir-se-ão ajustes em relação às inovações normativas trazidas pela atualização da Norma Reguladora nº 01, em relação ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, a saber: o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) sendo substituído pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), tratando-se de programa com escopo ampliado, em relação ao anterior. Em tempo, o início de vigência [das inovações] se deu a partir de 03/01/2022.

4.5. Em relação ao conjunto de itens componentes do objeto a ser contratado, em considerando deliberações internas a respeito do escopo do objeto de contratação (vide autos do PA 2021/2018), limitar-se-ão àqueles diretamente relacionados à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, de forma que a contratação de outros serviços relacionados à saúde e qualidade de vida do trabalhador



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

tramitar-se-ão separadamente. Informe-se que a deliberação pela contratação apartada de serviços relacionados à saúde e qualidade de vida do trabalhador decorre da experiência dos próprios contratos decorrentes dos PEs 22/2016 e 27/2017, em que foi observada a possibilidade de contratação de fornecedores especializados, desonerando a gestão centralizada do SESMT, permitindo equilíbrio na balança de pagamentos do fornecedor contratado, cuja *expertise* é relacionada à Engenharia e Medicina do Trabalho e, não necessariamente, na execução de serviços relacionados à saúde/qualidade de vida do trabalhador (a exemplo de ginástica laboral, massagem, assistência social ou psicologia do trabalho, p. ex.).

4.6. Isto posto, conforme informações coletadas pela EPC junto à área requisitante do objeto de estudo deste ETP:

4.6.1. Em relação aos **Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)**, contemplando: a elaboração, implementação e administração Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o preenchimento de Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPPs), LTCAT: não foram observadas intercorrências significativas na execução do contrato ou inconsistências nas cláusulas contratuais;

4.6.2. A respeito dos serviços de **Assessoria para os membros da CIPA e para a Brigada de Incêndio**, foi identificada a necessidade de pequenos ajustes em termos de Especificações Técnicas para os dois itens: No tocante à Brigada, definindo-se que os serviços serão pagos ‘sob demanda’ em detrimento ao modelo de pagamento ‘mensal’, considerando a possibilidade que os serviços sejam acionados esporadicamente e, no caso da assessoria à CIPA, foi identificada a necessidade de inclusão de serviços relacionados à confecção dos Mapas de Riscos das unidades. Nas contratações anteriores, o Técnico de Segurança do trabalho apenas auxiliava a CIPA na confecção do Mapa de Risco da Sede e do Coren-SP Educação. Todavia, após apontamento da CIPA acerca da dificuldade de realizar o mapeamento para todas as unidades, ficou entendido que este serviço deverá ser feito pela Contratada com o apoio dos membros da CIPA, que fornecerão todas as informações necessárias.

4.7. Em relação à elaboração do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e LTCAT, porque se trata da primeira oportunidade de contratação dos referidos serviços pelo Coren-SP, não há histórico contratual.

5. EXAME DOS PRINCIPAIS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS

5.1. Além da legislação e instruções relacionadas à generalidade das contratações públicas e outras que, por ventura, não tenham sido citadas, os seguintes normativos estão vinculados ao objeto desta contratação:

5.1.1. NR-1 – Gerenciamento de riscos ocupacionais: estabelece as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho e às diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho – SST;

5.1.2. NR-7 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional: estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores;

5.1.3. NR-05 – CIPA: trata da regulamentação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;

5.1.4. NR-15 e artigo 58 da Lei 8.213/1991: tratam da formulação do Laudo Técnico das Condições



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Ambientais de Trabalho – LTCAT;

5.1.5. Artigo 58 da Lei 8.213/1991 e Instrução Normativa nº 99, de 5 de dezembro de 2003: tratam do Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP;

5.1.6. NR-23 – Proteção contra incêndios: dispõe sobre informações e orientações acerca da proteção e combate a incêndios.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade

6.1.1. A prestação dos serviços deverá estar em conformidade com os dispositivos legais vigentes e que vierem a ser aplicáveis ao objeto contratual, bem como condições quantidades e exigências que venham a ser estabelecidas pelo Coren-SP;

6.1.2. Os serviços contratados deverão, reservadas as condições e exigências estabelecidas, acobertar todo o quadro funcional do Coren-SP (empregados públicos, estagiários e aprendizes), lotados na Sede, Coren-SP Educação e unidades descentralizadas instaladas em municípios do Estado de São Paulo, Subseções e Núcleos de Atendimento ao Profissional de Enfermagem (NAPes);

6.1.3. A Contratada e seus respectivos responsáveis técnicos deverão comprovar inscrição ativa nos respectivos Conselhos de Classe;

6.1.4. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados e capacitados para atendimento das exigências estabelecidas por legislação e pelo Coren-SP.

6.1.5. A prestadora de serviço de SESMT deverá ter sistema compatível com e-Social, no que se refere à Saúde e Segurança do Trabalho, estando em pleno funcionamento perante a esta plataforma para o correto envio das informações pertinentes ao governo federal atendendo todos os parâmetros, formatos e periodicidades legais estabelecidos pelos instrumentos legais da Administração Pública vigentes, contemplando qualquer alteração legal, devendo realizar a recepção, geração, gestão e envio de todos os arquivos (mensageria relacionada à Saúde e Segurança do Trabalho), inclusive de arquivos gerados por outros softwares, desde que o formato XML do eSocial.

6.1.6. A Contratada deverá fornecer o histórico de dados do sistema referente aos empregados do Coren-SP quando solicitado e ao término do Contrato.

6.1.7. A realização de todos os exames ocupacionais e complementares exigíveis dentro da execução do PCMSO ficarão por conta da Contratada e o seus respectivos custos deverão ser contemplados na Proposta Comercial apresentada na sessão de licitação.

6.1.8. Todos os custos decorrentes da execução dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho para o Coren-SP, inclusive aqueles relacionados à alimentação de informações para o eSocial, deverão estar previstos na proposta comercial a ser apresentada na sessão de licitação, não cabendo a cobrança de valores adicionais à Contratante.

6.2. Natureza Continuada (ou não) do Serviço

6.2.1. Os serviços objeto deste ETP classificam-se como continuados, devendo ser estendidos além de um exercício financeiro, tendo em vista que a sua interrupção poderá comprometer o cumprimento de obrigações legais do Coren-SP.

6.3. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

6.3.1. A equipe de Planejamento da Contratação não localizou critérios de sustentabilidade



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

relacionados especificamente ao objeto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis ou outras referências normativas consultadas, a exemplo da IN SEGES/MP nº 01/2010.

6.4. Duração Inicial do Contrato

6.4.1. O prazo de vigência do contrato deverá ser de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

6.5. Transição Contratual

6.5.1. Não serão exigidos procedimentos de transição contratual, com transferência de conhecimentos, tecnologias e/ou técnicas empregadas de uma contratada para outra, tendo em vista a natureza do objeto e sua utilização por demandas específicas.

6.5.2. Porém, ao término do contrato, considerando que a NR-7 define que a guarda dos prontuários médicos dos colaboradores fiquem sob responsabilidade do médico Coordenador do PCMSO, esses deverão ser organizados e repassados ao Coren-SP para transmissão ao próximo Coordenador do PCMSO, vinculado à próxima empresa contratada.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

7.1. Os serviços relacionados à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, podem ser executados de maneira direta, por meio do quadro próprio da Contratante, ou de maneira indireta, por meio da contratação de fornecedores especializados.

7.2. Conforme tratado no campo de justificativas deste ETP, considerando que o Coren-SP não dispõe de pessoal especializado para a execução direta dos serviços, passa-se à alternativa de contratação de fornecedores, por meio da realização de procedimento licitatório.

7.3. Na Administração Pública, por sua vez, também se observa que a execução indireta de serviços de SESMT e correlatos é alternativa amplamente adotada (especialmente em órgão/entidades sob o regime celetista, que é o caso do Coren-SP).

7.4. Isto posto, cumpre-se tratar verificar alternativas relacionadas à formatação da Solução, considerando o conjunto de serviços a serem contratados, bem como a diversidade de localidades as quais o Coren-SP possui unidades em funcionamento. A princípio, sabe-se que os serviços podem ser:

a) contratados unitariamente ou agrupados, de acordo com a similaridade e execução por determinado grupo de fornecedores, a exemplo das clínicas de Segurança e Medicina do Trabalho, que oferecem *via de regra* todos os serviços relacionados ao SESMT (PCMSO, preenchimento de PPPs, LTCAT, PGR etc.).

a.1. Especial nota cabe em relação ao PCMSO, Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) e exames médicos complementares (decorrentes do PMSO), observou-se dois faturamentos, a integrada, com pagamentos mensais acobertando os custos totais relacionados ao PCMSO (isto é, além da elaboração e coordenação do Plano, a emissão de ASOs e realização dos exames clínicos ou laboratoriais complementares decorrentes do documento de controle da saúde ocupacional) OU fracionada, com pagamento da elaboração e gestão do PCMSO, em parcela única ou mensal e pagamento de emissão de ASOs e realização de exames clínicos e laboratoriais complementares sob demanda.

b) contratados em âmbito local - isto é, dentro de uma determinada municipalidade ou grupo de municípios - resultando em serviços prestados por diversas contratadas, ou contratados de forma centralizada, com abrangência (no caso do Coren-SP) estadual, de forma que todo o



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

acompanhamento da Solução se dê junto a apenas um único prestador.

7.5. A princípio, partindo-se dos próprios contratos do Coren-SP, especialmente o contrato vigente, sabe-se que o objeto **pode ser contratado e executado corretamente por meio de uma única contratada**, o que foi verificado por meio de consulta a outras contratações similares da Administração e confirmado por meio da realização de pesquisa de mercado junto a fornecedores especializados.

7.6. Isto posto, tratando dos modelos de contratação possíveis, a Equipe de Planejamento da Contratação selecionou licitações para leituras de serviços similares. A tabela abaixo resume licitações consultadas.

Id.	UASG - ÓRGÃO - LICITAÇÃO	OBJETO
1	UASG 389260 – Conselho Federal de Química - PE 07-2020	Contratação de empresa prestadora de serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, a fim de elaborar, implantar e gerenciar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e ainda, elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), Análise e Laudo Ergonômico, Perfil Profissiográfico Profissional (PPP), emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), Homologação de Atestados Médicos e encaminhamento para perícias do INSS
2	UASG 925042 – Conselho Federal de Educação Física RJ - PE 01/2022	Contratação de empresa especializada de Medicina do Trabalho e Engenharia de Segurança do Trabalho para atividades do SESMET – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (NR-04) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e relatório de pesquisa.
3	UASG 926393 – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RN – PE 04/2022	Contratação de empresa especializada para assessoria e prestação de serviços técnicos profissionais de Medicina e Segurança do Trabalho sob a demanda, cumprindo todas as determinações contidas nas Normas Regulamentadoras NR 01 (PGR), NR 05 (CIPA), NR 07 (PCMSO), NR 15 (LTCAT), NR 17 (ERGONOMIA), Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e ASO's, na sede e Inspetorias do CREA/RN.
4	UASG 926507 – Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo/SP – PE 04/2021	Contratação Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
5	UASG 927461 – Conselho Regional dos técnicos Industriais de São Paulo – PE 09/2020	Contratação de empresa especializada em Medicina e Segurança do Trabalho, para prestação de serviços de assessoria e consultoria para implantação, implementação, reavaliação e manutenção dos programas: PPRA, PCMSO, PPP, LTCAT em atendimento a demanda do Recursos Humanos do Conselho Regional dos Técnicos Industriais.

7.7. Prosseguindo, como **resumo do levantamento de mercado e subsidiando justificativa do tipo de seleção a contratar**, os quadros abaixo resumem as seguintes características principais modelos de execução dos serviços:

QUADRO 1 - SOLUÇÃO A – EXECUÇÃO INDIRETA, DIVERSOS FORNECEDORES / CONTRATOS	
DESCRIÇÃO	Prestação dos serviços por meio de contratação de diversas empresas dentro de cada especialidade / em âmbito local (municípios ou grupo de municípios)
POSSÍVEL FORNECEDOR	Existem no mercado inúmeras empresas que prestam localmente serviços de SESMT e correlatos, que seriam contratadas de acordo com as respectivas necessidades de cada unidade do Coren-SP.
ANÁLISE DA SOLUÇÃO	Apesar de considerada VIÁVEL , a contratação de diversos fornecedores, fracionando a Solução contratual ao máximo, seria potencialmente INSATISFATÓRIA nas seguintes dimensões: a) do ponto de vista operacional, ou da área de negócios, considerando que a Gerência de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

QUADRO 1 - SOLUÇÃO A – EXECUÇÃO INDIRETA, DIVERSOS FORNECEDORES / CONTRATOS	
	Gestão de Pessoas atua de forma centralizada da Sede do Coren-SP, <u>não dispondo o órgão de profissionais de RH distribuídos entre as unidades descentralizadas</u> (isto é, caberia à equipe na Sede, em qualquer circunstância, a guarda e organização de informações relacionadas às obrigações legais do Coren-SP); b) do ponto de vista contratual , considerando que o acompanhamento e gestão de uma série de contratos de baixo valor agregado acrescente considerável custo administrativo à Administração e amplia o risco de descontinuidade de serviços cuja necessidade é indisponível (tais como os atrelados ao PCMSO), na hipótese de não renovação de contratos locais, por motivos relacionados à inexecução ou outros. Nestas oportunidades, a Administração, ainda, deverá tratar da contratação de remanescentes ou realização de certames pontuais para manutenção dos serviços, representando, proporcionando prejuízo ao erário. Finalmente, em considerando a existência de uma série de empresas que executam serviços em âmbito estadual, considera-se que a contratação fragmentada dos serviços aumentaria sem justificativa o custo de gestão dos contratos (hipótese que o art. 40, §3º, I da Lei nº 14.133/2021 considera, <i>por exemplo</i> , motivo para o não parcelamento de uma Solução).
QUADRO 2 - SOLUÇÃO B – EXECUÇÃO INDIRETA – GESTÃO CENTRALIZADA	
DESCRIÇÃO	Prestação dos serviços por meio de contratação de único fornecedor, contemplando o conjunto de serviços que compõe a Solução como um todo, em âmbito estadual, acolhendo o conjunto de colaboradores e de unidades em funcionamento do Coren-SP, com acompanhamento da execução realizada por meio da ação de equipe de fiscalização (fiscais setoriais, técnicos e gestor contratual)
POSSÍVEL FORNECEDOR	Existem no mercado inúmeras empresas que prestam serviços de SESMT e correlatos em âmbito estadual.
ANÁLISE DA SOLUÇÃO	Solução considerada VIÁVEL , técnica e operacionalmente, e SATISFATÓRIA pelos seguintes motivos: a) do ponto de vista operacional , ou da área de negócios, considerando que a Gerência de Gestão de Pessoas atua de forma centralizada da Sede do Coren-SP, possibilitando que a equipe de fiscalização realize o acompanhamento da execução contratual como um todo; b) de um ponto de vista técnico , afastando a hipótese do Coren-SP contar <i>potencialmente</i> com diversos PCMSOs, proporcionando uma não desejável assincronia de Planos e tratamentos devidos aos colaboradores (devido diferentes coordenações médicas) o que poderia resultar em passivo trabalhista para a Contratante, inclusive; c) do ponto de vista contratual , considerando que o acompanhamento e gestão de um único contrato representa menor custo de gestão em relação a diversos contratos pontuais (único processo de pagamento, ao invés de vários ou único processo de renovação contratual, ao invés de vários) e, s.m.j., reduz o risco de inexecuções contratuais comumente registradas na Administração e relacionadas a contratos de baixo valor



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

QUADRO 1 - SOLUÇÃO A – EXECUÇÃO INDIRETA, DIVERSOS FORNECEDORES / CONTRATOS

agregado. Finalmente, em considerando a existência de uma série de empresas que executam serviços em âmbito estadual, considera-se que a contratação fragmentada dos serviços não representa prejuízo à competitividade, tornando-se alternativa que, s.m.j. proporcionará maior economicidade para a Administração.

7.8. A Equipe de Planejamento da Contratação, com base na análise das Soluções A e B descritas nos quadros 1 e 2 acima, optou pela **Solução B**, prevendo contratação de Solução centralizada, acobertando todos os serviços relacionados ao SESMT, a âmbito estadual.

7.9. Finalmente, em relação à *tipologia dos serviços*, a partir de achados específicos da pesquisa junto a fornecedores especializados e de forma a viabilizar o equilíbrio econômico financeiro do futuro contrato sem prejuízo do objetivo de proporcionar economicidade na contratação, a EPC entendeu que os itens componentes da Solução dividir-se-ão considerando o seguinte:

7.9.1. PCMSO: modelo integrado de gestão do Plano, com pagamentos devidos à Contratada em periodicidade mensal. Em verdade, em considerando o baixo *turnover* dos empregados do Coren-SP e devido à natureza essencialmente administrativa do Coren-SP, é possível às licitantes interessadas realizar o dimensionamento de custos em relação aos ASOs e exames complementares, bem como em relação aos exames demissionais e admissionais vinculados às entradas e saídas de colaboradores do quadro da Contratante. Trata-se, cumpre destacar, do modelo atual de faturamento do PCMSO, não havendo registro de intercorrências relacionadas à não segregação unitária de custos do programa. Ademais, é importante salientar que a definição de exames contemplados dentro do PCMSO é privativo do responsável pelo Coordenador do Plano, de forma que a EPC não entendeu viável o destaque unitário de exames para a precificação porque, dentro do PCMSO atual, há a exigência, apenas, de exames complementares para os cargos de motorista (2 empregados), telefonista (6 empregados) e copeiros (4 empregados) dentro de um universo de aproximadamente 400 (quatrocentos) colaboradores (entre empregados, estagiários e aprendizes).

7.9.2. PGR + LTCAT: Considerando a *convergência temática* dos dois documentos e, em se tratando de demanda pontual, a ser solicitada em intervalos de, no mínimo, 12 (doze) meses, a EPC entendeu pela possibilidade da contratação unificada dos dois serviços, tratando-se de sugestão acolhida na pesquisa realizada junto a fornecedores. A contratação dos documentos, tratando-se de artefatos elaborados por localidade, acompanhando modelos de contratações da Administração, será contratado por unidade (isto é, uma unidade de serviço por localidade).

7.9.3. Os demais itens, em tempo, componentes do mesmo grupo, serão precificados individualmente.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1.1. A descrição da Solução como um todo contempla a descrição dos serviços integrantes dos Serviços Especializados em Medicina do Trabalho, que deverão ser planejados, implantar, gerenciar e executados de acordo com as condições definidas abaixo, bem como atendendo, integralmente, ao quanto definido nas Normas Regulamentadoras e demais legislações que tratam do tema.

8.1.2. Os Itens 3 e 4 são relacionados à elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos e dos Laudos Técnicos das Condições dos Ambientes de Trabalho da unidade Sede e das demais unidades descentralizadas do Coren-SP **que deverão ser apresentados à Contratante conjuntamente.** A divisão de itens, Sede e unidades descentralizadas ocorre, unicamente, em função da maior



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

complexidade dos serviços a serem realizados na unidade Sede, que contempla maior área utilizada e população fixa do Coren-SP, conforme Apenso 1 – Informações Relevantes.

8.2. **ITEM 1 - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO**

8.2.1. Caberá à Contratada, dentro dos prazos definidos pelo Coren-SP, realizar a implementação, coordenação e execução do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, exercendo todas as atribuições e fornecendo todas as documentações previstas na Norma Regulamentadora nº 7 (NR 7) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), relacionadas ao Programa em questão.

8.2.2. O PCMSO contratado **deverá contemplar todas as unidades do Coren-SP** (Sede e unidades descentralizadas), acobertando ações destinadas ao conjunto de empregados a serviço da contratante da Contratante durante o período de vigência contratual, considerados os empregados do quadro efetivo, estagiários e aprendizes.

8.2.3. Sem prejuízo da obrigação de outras obrigações normativas relacionadas ao PCMSO, o escopo dos serviços acoberta as seguintes ações:

8.2.3.1. planejamento do PCMSO, elaborado a partir de riscos identificados e classificados pelo PGR;

8.2.3.2. coordenação do PCMSO;

8.2.3.3. abertura e guarda do prontuário médico individual de cada empregado;

8.2.3.4. realização dos exames clínicos ocupacionais e avaliações médicas, sempre que necessário;

8.2.3.5. realização de exames complementares solicitados pelo médico do trabalho, bem aqueles exigidos pela NR 7, quando o caso;

8.2.3.5.1. Constatada insuficiência ou baixa qualidade na realização dos exames, o Médico Coordenador do PCMSO poderá, a seu critério técnico, solicitar a troca do prestador de serviço a qualquer tempo e sem custo adicional para o Coren-SP.

8.2.3.6. avaliação de candidatos portadores de necessidades especiais com base nas legislações específica e técnica, de forma a assegurar aptidão destes para o trabalho/função;

8.2.3.7. execução de exames médicos específicos em portadores de necessidades especiais, fazendo anamnese, exame clínico e/ou interpretando os resultados de exames complementares para detectar prováveis danos à saúde em decorrência do trabalho que executam e instruir a Contratante para possíveis restrições ou mudanças de atividades;

8.2.3.8. realização de exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de riscos ocupacionais e demissionais, compreendendo exames clínico e complementares, quando o caso;

8.2.3.9. Os exames clínicos deverão ser realizados em atendimento aos prazos e periodicidades estabelecidos na NR 7;

8.2.3.9.1. Os exames médicos de retorno ao trabalho, obrigatoriamente, deverão ser realizados no primeiro dia de volta a exercício do empregado, quando o afastamento corresponder a um período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

8.2.3.10. Emissão pelo médico examinados, para cada exame clínico ocupacional realizado,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, que deverá ser comprovadamente disponibilizado ao empregado, devendo ser fornecido em meio físico quando solicitado;

8.2.3.10.1. Os Atestados de Saúde Ocupacional emitidos deverão conter as informações mínimas definidas na NR 7.

8.2.3.10.2. O ASO deverá ser emitido em 3 (três) vias ao final da consulta médica, assinadas pelo médico examinador devidamente identificado e pelo empregado, das quais a primeira via será entregue ao empregado, a segunda mantida em seu prontuário médico-ocupacional e a terceira encaminhada à Contratante.

8.2.3.10.3. Considerar-se-á concluído o exame médico ocupacional somente quando emitido o ASO.

8.2.3.11. Os exames complementares e seus respectivos laudos deverão ser disponibilizados em original e cópia, sendo o original para o prontuário médico-ocupacional e a cópia a ser entregue ao colaborador examinado.

8.2.3.12. Realização de exames complementares que forem exigidos após análise de novos cargos/funções ou decorrência da elaboração do PGR e execução do PCMSO;

8.2.3.13. Quando forem realizados exames complementares sem que tenha ocorrido exame clínico, a Contratada emitirá recibo de entrega do resultado do exame, devendo o recibo ser fornecido ao empregado em meio físico, quando solicitado.

8.2.3.14. Análise, investigação, apontamento de causas e registro dos acidentes em serviço e das ocorrências de doenças ocupacionais;

8.2.3.15. Acompanhamento e controle do estado clínico ocupacional e de restrições médicas dos empregados públicos da Contratante;

8.2.3.16. Sugestão e realização de ações de treinamento, cursos e palestras relacionadas à saúde dos colaboradores da Contratante, de acordo com o perfil de ocorrências e do público-alvo;

8.2.3.17. Acompanhamento diferenciado dos empregados com queixas que possam causar inaptidão para o trabalho;

8.2.3.18. Elaboração de relatório das alterações de saúde quando houver evolução do estado clínico do empregado, se solicitado pela Contratante;

8.2.3.19. Elaboração de relatório analítico do PCMSO, contemplando os requisitos mínimos definidos na NR 7, bem como atendendo a recortes estatísticos solicitados pelo Coren-SP (faixa etária, sexo, condição, função, departamento, unidade, motivo de afastamento, tipo de doença ou outros aspectos qualitativos solicitados pela Contratante), acompanhados de gráficos e índices, dos atendimentos realizados (exames ocupacionais, validação de atestados, avaliações etc.), com periodicidade mensal e anual (por exercício).

8.2.3.20. Realização de controle de validade dos exames médicos periódicos e envio de aviso à Contratante quando houver vencimento destes;

8.2.3.21. Homologação de atestados médicos sempre que necessário ou quando solicitado pela Contratante, que poderá fazê-lo na oportunidade de afastamentos médicos em período igual ou superior a 1 (um) dia, podendo ser realizado presencialmente ou por meios telemáticos;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.2.3.22. Avaliação e acompanhamento de casos de readaptação, restrição e limitação profissionais, conforme instrução de trabalho do setor e a técnica médica, com o objetivo de sucesso no retorno dos colaboradores ao trabalho.

8.2.3.23. Contestações do nexo causal do afastamento previdenciário (acidentário) quando pertinente, relacionados ao Fator Acidentário de Prevenção/Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário - FAP/NTEP, e outras que se fizerem necessárias, através da análise do prontuário clínico;

8.2.3.24. Realização de auditoria administrativa em prontuários e documentos médicos dos empregados, sob guarda da Contratada, com emissão de relatórios específicos, quando solicitados pela Contratante, para atendimento a perícias judiciais ou de órgãos legais;

8.2.3.25. Outras ações e providências que sejam necessárias e compatíveis à correta execução do PCMSO.

8.2.4. A realização de exames médicos ocupacionais e complementares (quando aplicáveis) deverá ocorrer localmente, nas cidades onde se situam as unidades do Coren-SP, em conformidade com o PCMSO, e com a emissão do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.

8.2.4.1. Os exames admissionais de empregados do quadro funcional do Coren-SP, empregados do quadro efetivo deverão ser realizados na cidade de São Paulo, em virtude da necessidade do comparecimento dos trabalhadores na Sede do Coren-SP para apresentação da documentação admissional e trâmites de contratação;

8.2.4.2. Os demais exames médicos (periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de risco operacional), e os exames admissionais para contratação de estagiários e aprendizes serão realizados nas localidades das unidades do Coren-SP de lotação dos empregados;

8.2.4.3. A Contratada poderá realizar os exames médicos e laboratoriais através de clínicas próprias ou credenciadas/parceiras nas cidades onde existem e vierem a existir unidades do Coren-SP, sendo responsabilidade da Contratada a centralização da administração e cobrança dos exames;

8.2.4.4. Quando aplicável, e excepcionalmente para a Sede do Coren-SP, em virtude da grande quantidade de funcionários, a empresa Contratada deverá realizar os exames médicos ocupacionais nas instalações da Contratante. Preferencialmente, os exames serão agendados com todos os funcionários para uma mesma data/semana, devendo disponibilizar equipe em número compatível à quantidade de exames requeridos.

8.3. ITEM 2 – PREENCHIMENTO DE PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO (PPP)

8.3.1. Elaboração, acompanhamento e administração de PPP, que consiste em documento histórico-laboral do empregado abrangido por norma previdenciária específica que reúne, dentre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, com bases nas informações do LTCAT, PGR (ou PPRA) e PCMSO, durante todo o período em que este exerceu atividades laborais no Coren-SP, para fins de comprovar as condições para habilitação de benefícios e serviços previdenciários, sobretudo aposentadoria especial e conversão de tempo de atividade especial em comum (art. 68, § 2º, do Decreto nº 3.048/99).

8.3.2. O PPP deverá ser elaborado nos estritos termos das normas legais e regulamentares do INSS vigentes, inclusive quanto ao seu conteúdo e forma de apresentação, devendo ser apresentado em via impressa e assinada pelo médico responsável pelo preenchimento, bem como disponibilizado



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

em formulário eletrônico previsto no eSocial para esta finalidade.

8.3.3. O serviço de elaboração e preenchimento de PPP se dará sob demanda, podendo ser relacionado a empregados do quadro ativo ou inativo do Coren-SP, abrangidos por norma previdenciária específica. No caso de empregados inativos os quais a Contratante não possua prontuário arquivado, o Coren-SP informará à Contratada todos os dados necessários para preenchimento do formulário.

8.3.4. A Contratada deverá prestar assessoramento técnico ao Coren-SP, em relação ao tema, sempre que necessário.

8.4. ITENS 3 E 4 - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR / EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT (SEDE E UNIDADES DESCENTRALIZADAS)

8.4.1. Do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais - PGR

8.4.1.1. A Contratada deverá elaborar, implantar e revisar periodicamente, o gerenciamento de riscos operacionais do Coren-SP, constituindo um Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), de acordo com o *quanto disciplinado* na Norma Regulamentadora nº 01 – NR 1, bem como o disposto nas Normas Regulamentadoras vigentes e demais exigências legais de segurança e saúde no trabalho.

8.4.1.1.1. O PGR, no âmbito do Coren-SP, deverá ser implementado **por unidade operacional**, entendida como a Sede e unidades descentralizadas da Autarquia, devendo ser apresentado à Contratante unitariamente, portanto.

8.4.1.1.2. O PGR pode ser atendido por sistemas de gestão, desde que estes cumpram as exigências previstas na NR 1 e em dispositivos legais de segurança e saúde no trabalho.

8.4.1.1.3. O PGR deve contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho.

8.4.1.1.4. A revisão do PGR de que trata o *caput* do subitem 8.4.1.1 supra se dará a cada 12 (doze) meses ou em intervalo superior definido pela Contratante ou sob demanda, na ocorrência dos eventos previstos nos subitens 1.5.4.4.6 de NR 1.

8.4.1.1.5. A revisão do PGR de quaisquer das unidades decorrentes de alterações efetuadas no ambiente da Contratante dentro do período de 12 (doze) meses contados da data da sua elaboração/atualização deverá ser realizada pela Contratada sem ônus ao Coren-SP.

8.4.1.2. O Programa de Gerenciamento de Riscos elaborado a ser elaborado pela Contratada deverá proporcionar ao Coren-SP o cumprimento dos seguintes objetivos:

8.4.1.2.1. evitar os riscos ocupacionais que possam ser originados no trabalho;

8.4.1.2.2. identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;

8.4.1.2.3. avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;

8.4.1.2.4. classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;

8.4.1.2.5. implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem de prioridade estabelecida na alínea “g” do subitem 1.4.1 da NR 1; e



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.4.1.2.6. acompanhar o controle dos riscos ocupacionais.

8.4.1.3. O processo de elaboração do PGR nas unidades operacionais será constituído, minimamente, das seguintes etapas/atividades:

8.4.1.3.1. Identificação dos perigos;

8.4.1.3.2. Avaliação e classificação dos riscos identificados;

8.4.1.3.3. Definição de medidas para prevenção, eliminação, redução ou controle de riscos;

8.4.1.3.4. Elaboração de planos de ação, com indicação de medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas;

8.4.1.3.5. Elaboração de cronograma, indicação de formas de acompanhamento e aferição de resultados do plano de ação;

8.4.1.3.6. Registro e avaliação do desempenho das medidas de prevenção e respectivos ajustes implantados;

8.4.1.3.7. Outras disposições da NR 1 que, porventura, não tenham sido relacionadas acima.

8.4.1.4. O PGR de cada unidade operacional a ser apresentado ao Coren-SP deverá conter, no mínimo, os seguintes documentos:

8.4.1.4.1. Inventário de Riscos Ocupacionais, contendo, minimamente: a caracterizando as atividades, processos e ambientes de trabalho e descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores; e

8.4.1.4.2. Plano de Ação, indicando as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas.

8.4.1.5. Os documentos dos Planos de Gerenciamento de Riscos elaborados pela Contratada deverão atender, em forma, aos seguintes requisitos mínimos:

a) Todas as folhas dos documentos físicos devem ser rubricadas pelo responsável técnico;

b) Deverá evidenciar no documento o responsável técnico, contendo: nome, descrição da função e registro no respectivo conselho de classe;

c) Devera evidenciar no documento os dados da Contratada (Pessoa Jurídica) que elaborou o documento, contendo: Nome da empresa, CNPJ, assinatura do responsável pela empresa e nº contrato entre a Contratada e o Contratante;

d) Deverá anexar ao documento o cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa Contratada;

e) Quando houver atualizações no programa, deverá inserir um relatório assinado pelo responsável técnico evidenciando as alterações realizadas.

8.4.1.6. A Contratada deverá disponibilizar e manter atualizada uma via do PGR digitalizada e outra impressa e assinada. Ambas devem ser encaminhadas em até 60 (sessenta) dias, contados do termo de início do instrumento contratual ou renovação do instrumento contratual, para o fiscal do contrato que será nomeado e apresentado pela Contratante.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.4.1.7. O PGR das unidades do Coren-SP irá subsidiar o PCMSO a ser elaborado para o órgão com dados e informações. Sendo assim, caso necessário, a Contratada deverá atualizar e ou incluir dados para suprir a demanda da medicina ocupacional.

8.4.1.8. Se detectado a necessidade de avaliação quantitativa de agentes químicos e/ou físicos, estando ou não previstos, deverá encaminhar a relação e detalhamento da necessidade para validação da Contratante que poderá autorizar ou não a execução de avaliação destes reagentes.

8.4.1.9. Os dados do PGR serão inseridos no software da Contratante, que fará o envio dos dados para eSocial. No entanto, em qualquer tempo a Contratada poderá ser solicitada a atualizar e ou incluir novos dados, caso assim exigidos pela plataforma em questão. Nestes casos, os ajustes deverão ser atendidos no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados do recebimento da solicitação pela Contratada.

8.4.1.10. Ficará a cargo da Contratada a responsabilidade técnica pelo PGR junto aos órgãos fiscalizadores, como por exemplo: Superintendência Regional do Trabalho, Secretaria de Saúde, INSS etc.

8.4.2. Do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT

8.4.2.1. A Contratada deverá elaborar e atualizar periodicamente, os Laudos Técnicos de Condições de Trabalho das unidades operacionais do Coren-SP, constituindo um Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), de acordo com o *quanto disciplinado* nas instruções normativas vigentes do INSS e demais exigências legais relacionadas ao tema.

8.4.2.1.1. O LTCAT deverá ser elaborado por **unidade operacional** do Coren-SP entendida como a Sede e unidades descentralizadas da Autarquia, devendo ser apresentado à Contratante unitariamente, portanto.

8.4.2.1.2. A atualização periódica de que trata o *caput* do subitem 8.4.2.1 supra se dará a cada 12 (doze) meses ou em intervalo superior definido pela Contratante ou sob demanda, na ocorrência dos eventos previstos em legislação específica que ensejem a atualização dos documentos.

8.4.2.1.3. A atualização do LTCAT de quaisquer das unidades decorrentes de alterações efetuadas no ambiente da Contratante dentro do período de 12 (doze) meses contados da data da sua elaboração/atualização deverá ser realizada pela Contratada sem ônus ao Coren-SP.

8.4.2.2. Nos LTCATs elaborados pela Contratada deverão constar, minimamente, as seguintes informações:

- a) Identificação da empresa: Razão Social, CNPJ, endereço, CNAE, ramo de atividade de acordo com quadro I da NR-4, número de funcionários e sua distribuição por sexo;
- b) Descrição das atividades da empresa;
- c) Descrição do ambiente de trabalho, da divisão de setores com suas respectivas funções e descrição básica das atividades de cada setor;
- d) Quadro de reconhecimento dos riscos, divididos por função, contendo as seguintes informações referentes a esta função:

- Setor;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- Função;
- Nº de funcionários por função;
- Turno de trabalho;
- Descrição da atividade da função;
- Descrição do posto de trabalho;
- Condições ambientais do posto de trabalho contendo informações de tipo de piso, iluminação, ventilação e demais informações estruturais necessárias;
- Medidas de proteção individual utilizadas pela função;
- Medidas de proteção coletiva existente;
- Tabela contendo os riscos e exposição;
- Tipo de exposição por risco (habitual, permanente, intermitente e ocasional);
- Nível de exposição a agentes nocivos para os efeitos de recolhimento de percentual para aposentadoria especial a ser informado na GFIP;
- Conclusão sobre a existência ou não de insalubridade ou periculosidade.

e) Quadro geral de riscos (avaliação qualitativa) contendo os riscos encontrados na empresa, suas fontes geradoras e informações complementares sobre o risco e sobre os métodos de controle possíveis e/ou existentes;

f) Avaliação quantitativa dos riscos existentes contendo as funções avaliadas, os resultados e os limites de tolerância contidos na NR-15, os equipamentos utilizados, os métodos utilizados e a comprovação da calibração;

g) Conclusão da existência ou não de insalubridade e periculosidade. Caso exista, indicar quais as funções que deverão receber, o agente causador e a porcentagem do adicional a ser pago;

h) No caso da existência de meios neutralizadores (item 15.4 da NR-15) do risco, evidenciar a eficácia do método através de cálculos e/ou medições;

i) data e local da inspeção técnica da qual resultou o laudo técnico.

j) Assinatura do responsável pela elaboração do LTCAT e assinatura do responsável pelas informações fornecidas pela empresa.

k) Outras informações exigidas em legislação previdenciária que, porventura, não tenham sido relacionadas acima.

8.4.2.3. A Contratada, caso solicitada, deverá incluir as informações do laudo em Sistema de Gestão de Dados, fornecido pela Contratante e no sistema do eSocial.

8.5. ITEM 5 - ASSESSORIA AOS MEMBROS DA CIPA

8.5.1. A Contratada deverá prestar serviços de assessoria técnica à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, implantada na unidade Sede do Coren-SP, em conformidade com o quanto disposto na Norma Regulamentadora nº 5 – NR 5 e demais legislações vigentes relacionadas ao



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

tema.

8.5.2. O escopo dos serviços de assessoria aos membros da CIPA acoberta as seguintes ações:

8.5.2.1. Apoio à implantação do processo eleitoral periódico da CIPA;

8.5.2.2. Realização de treinamento de formação dos membros integrantes da CIPA, abrangendo a carga horária e com disponibilização de conteúdo programático atualizado relativo à NR 5 e recomendações oficiais relacionadas;

8.5.2.3. Acompanhamento dos trabalhos e participação do Técnico de Segurança do Trabalho em reuniões da CIPA, correspondendo a, no mínimo, 2 (duas) horas de visitas mensais, em data e horários a serem agendados junto à Contratante;

8.5.2.4. Apoio à realização da Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho - SIPAT, inclusive quanto à apresentação de palestras sobre temas obrigatórios;

8.5.2.5. Elaboração dos Mapas de Riscos necessários para as unidades do Coren-SP, com o apoio dos membros da CIPA, que fornecerão as informações solicitadas pela Contratada e

8.6. ITEM 6 - ASSESSORIA AOS MEMBROS DA BRIGADA DE INCÊNDIO

8.6.1. A Contratada deverá prestar serviços de assessoria técnica aos membros da brigada de incêndio da unidade Sede do Coren-SP, em conformidade com o quanto disposto na Norma Regulamentadora nº 23 – NR 23 e demais legislações vigentes relacionadas ao tema.

8.6.2. O escopo dos serviços de assessoria aos membros da brigada de incêndio acoberta as seguintes ações:

8.6.2.1. Orientação, organização e implantação do Plano de Emergência da Sede, do Coren-SP Educação e unidades descentralizadas (apenas se necessário), atendendo aos requisitos normativos de que tratam o documento, auxiliando o Coren-SP nas notificações aos órgãos competentes, se o caso;

8.6.2.2. Participação de reuniões de acompanhamento dos membros da brigada de incêndio, correspondendo a, no mínimo, 1 (uma) hora, em data e horários a serem agendados junto à Contratante.

8.6.2.3. Apoio à realização de exercício anual de evacuação do prédio da Sede (simulado e aleatório);

8.6.2.4. Realização de cálculo e dimensionamento da brigada de Incêndio para a Sede e unidades descentralizadas do Coren-SP listadas no Apenso 1 – Informações Relevantes;

8.6.2.5. Confecção do mapa de Brigadistas para a Sede, Coren-SP Educação a unidades descentralizadas listadas no Apenso 1, devendo ser confeccionados considerando localidades/andares das edificações;

8.6.2.6. Orientação da Brigada de Incêndio quanto às ações a serem realizadas em situações de emergência;

8.6.2.7. Realização de palestra anual sobre a importância e a atuação da Brigada de Incêndio em situações de emergência e suas consequências, período a ser definido pela Contratante;

8.6.3. Os serviços de assessoria aos membros da brigada de incêndio se darão **sob demanda** do Coren-SP, com previsão de pagamento **apenas** para os meses em que ocorram quaisquer dos eventos descritos no escopo do item/ocorra prestação de serviços de consultoria técnica.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.7. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.7.1. Do Início da Execução dos Serviços

8.7.1.1. A execução dos serviços pela Contratada, em específico relacionado aos serviços de exames médicos admissionais, de retorno ao trabalho e demissionais, **será iniciada em 03/10/2022 ou imediatamente a partir do início da data de início da vigência contratual**, considerando a imprevisibilidade, pelo Coren-SP, em relação à demanda de tais serviços.

8.7.1.2. O início da execução dos demais serviços relacionados à Solução contratada serão precedidos pela Reunião Técnica Inicial – RTI, tratada abaixo.

8.7.2. Da Reunião Técnica Inicial

8.7.2.1. Em até 10 (dez) dias úteis contados a partir do início da vigência contratual, deverá ser realizada Reunião Técnica Inicial - RTI presencial, a ocorrer entre os Fiscais de Contrato, titular e substituto, o Setor de Administração de Contratos (SAC) e o Responsável Técnico da Contratada, a fim de tratar da seguinte pauta, não exaustiva a:

- a) Objeto do Contrato e modelo de execução do objeto;
- b) Formas de comunicação entre as partes, que deverão ocorrer primordialmente entre a Fiscalização e preposto da Contratada;
- c) Formas de encaminhamento de documentos, relatórios e informações que deverão ser inseridas no eSocial;
- d) Definição de cronograma para elaboração do PCMSO como um todo, bem como do PGR e LTCAT das unidades;
- e) Modelo de Gestão do Contrato, incluindo-se, por parte da Contratada a apresentação de modelos de documentos (Ordens de Serviço, formulários, relatórios técnicos etc.) para ciência e aprovação da Fiscalização;
- f) Procedimentos de recebimento provisório e definitivo dos serviços;
- g) Aplicação do Instrumento de Medição de Resultados, critérios de qualidade utilizados e situações que ensejem a recusa de produtos e serviços e
- h) Glosas e penalidades administrativas aplicáveis;

8.7.2.2. Ainda, por ocasião da RTI deverão ser apresentados pela Contratada os documentos relacionados na lista de requisitos documentais que, por qualquer razão, não tenham sido encaminhados à Contratante em momento anterior.

8.7.2.3. A autorização da execução dos serviços relacionados à Solução contratada ficará condicionada à apresentação de todos os documentos exigidos pelo Coren-SP, uma vez que são entendidos como requisitos para a contratação.

8.7.3. Dos Prazos de Entrega dos Produtos e Serviços

8.7.3.1. A entrega dos produtos e execução dos serviços decorrentes do objeto de contratação deverão ser executados/entregues dentro dos seguintes prazos máximos, todos contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.

8.7.3.1.1. Realização de exames médicos ocupacionais: em até 1 (um) dia útil;

8.7.3.1.2. Realização de exames médicos de retorno ao trabalho: no dia de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

retorno do período de afastamento do empregado;

8.7.3.1.3. Preenchimento e entrega de PPP: em até 2 (dois) dias úteis contados da solução ou do envio à Contratada de informações faltantes;

8.7.3.1.4. Elaboração e entrega da documentação do PCMSO: 15 (quinze) dias úteis;

8.7.3.1.5. Elaboração e entrega de PGR + LTCAT: 60 (sessenta) dias corridos;

8.7.3.1.6. Atualização periódica ou sob demanda de PGR/LTCAT: 15 (quinze) dias corridos;

8.7.3.2. Em relação ao encaminhamento de informações destinadas ao eSocial, relacionadas ao objeto da contratação, cuja responsabilidade de prestação caberá à Contratada, os prazos a cumprir, em relação a cada evento, serão informados na RTI, podendo ser atualizados de acordo com o quanto estabelecido pelas autoridades governamentais responsáveis do referido sistema.

9. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

9.1. A estimativa de quantidade de serviços para o objeto de estudos deste ETP é relacionada às necessidades estabelecidas pela área requisitante do objeto, bem como achados da EPC durante a elaboração dos Estudos Preliminares. Os itens componentes da Solução foram dimensionados de acordo com a periodicidade de contratação, conforme detalhamento da tabela abaixo, prevendo contraprestações mensais para os serviços relacionados ao PCMSO e à assessoria aos membros da CIPA, com previsão de contratação anual para o Programa de Gerenciamento de Riscos/LTCAT das unidades (1 serviço/ano) e solicitados sob demanda no caso do preenchimento de PPP e assessoria aos membros da brigada de incêndio.

9.2. As informações relacionadas às unidades do Coren-SP contempladas no objeto da contratação e informações quantitativas a respeito do quadro de empregados do Coren-SP encontram-se disponíveis no Apenso 1 deste documento.

GRUPO ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO CATSER
1	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO – (Sede + 17 unidades descentralizadas) - Incluindo todos os exames médicos necessários: periódicos, admissionais, demissionais, de retorno ao trabalho, de mudança de risco ocupacional e os complementares relacionados às respectivas ocupações dos empregados.	Serviço (mensal)	8800
2	Programa de Gerenciamento de Risco – PGR + Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT para a unidade Sede	Serviço (pontual)	8800
3	Programa de Gerenciamento de Risco – PGR + Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT para as 17 (dezessete) unidades descentralizadas do Coren-SP	Serviço (pontual)	8800
4	Preenchimento de Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP (sob demanda)	Unidade (Perfil)	8818
5	Assessoria aos membros da CIPA	Serviço (mensal)	17825
6	Assessoria aos membros da Brigada de Incêndio	Serviço (mensal, sob demanda)	19917

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Dos Valores Máximos Aceitáveis



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.1.1. O valor máximo aceitável para a contratação, conforme resumo da tabela abaixo, correspondendo à somatória dos itens componentes da Solução, para um período de 12 (doze) meses, é de R\$ 63.145,14 (sessenta e três mil, cento e quarenta e cinco reais e quatorze centavos).

GRUPO ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO CATSER	QUANTIDADE ANUAL / QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL / VALOR MENSAL MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO – (Sede + 17 unidades descentralizadas) - Incluindo todos os exames médicos necessários: periódicos, admissionais, demissionais, de retorno ao trabalho, de mudança de risco ocupacional e os complementares relacionados às respectivas ocupações dos empregados.	Serviço (mensal)	8800	12	R\$ 1.973,87	R\$ 23.686,44
2	Programa de Gerenciamento de Risco – PGR + Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT para a unidade Sede	Serviço (pontual)	8800	1	R\$ 1.390,00	R\$ 1.390,00
3	Programa de Gerenciamento de Risco – PGR + Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT para as 17 (dezesete) unidades descentralizadas do Coren-SP	Serviço (pontual)	8800	17	R\$ 1.073,50	R\$ 18.249,50
4	Preenchimento de Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP (sob demanda)	Unidade (Perfil)	8818	15	R\$ 58,00	R\$ 870,00
5	Assessoria aos membros da CIPA	Serviço (mensal)	17825	12	R\$ 945,20	R\$ 11.342,40
6	Assessoria aos membros da Brigada de Incêndio	Serviço (mensal, sob demanda)	19917	12	R\$ 633,90	R\$ 7.606,80

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (SE APLICÁVEL)

11.1.1. Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

11.1.2. Para o objeto deste ETP, porém, a Equipe de Planejamento da Contratação entende que o agrupamento de serviços diversos relacionados ao SESMT para o conjunto de unidades do Coren-SP, além de **complementares e interdependentes** do ponto de vista técnico, proporcionarão a padronização dos procedimentos e documentos relacionados à Engenharia e Medicina do Trabalho de todo o corpo do Coren-SP.

11.1.3. Ademais, do ponto de vista administrativo, o agrupamento da Solução proporcionará as seguintes vantagens:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.1.3.1. Economicidade relacionada à redução de contratos: A contratação de uma Solução centralizada, de acordo com o modelo desenhado neste ETP e correspondente ao modelo atual de contrato, afastará do Coren-SP a necessidade de gestão de contratos de SESMT locais, aprimorando processos relacionados ao recebimento e pagamento dos serviços contratados. Em tempo cumpre-se informar a existência de diversos fornecedores do mercado que possuem condições do atendimento de serviços de SESMT a nível estadual. Considerando o reduzido pessoal técnico e administrativo do Coren-SP e não dispondo a Autarquia de processo de concurso público em aberto, a redução da quantidade de contratos, além da economicidade em relação ao custo do homem-hora, proporcionará estabilidade administrativa para as unidades, reduzindo riscos de sobrecarga do pessoal e perda de prazos, etc.;

11.1.3.2. Aprimoramento dos procedimentos operacionais e administrativos: Considerando que unidade técnica do Coren-SP para o objeto, a GGP, está lotada na Sede e não dispondo o Coren-SP de pessoal de RH dedicado nas unidades descentralizadas, entende-se que a gestão centralizada do serviço obterá, com a otimização do processo de gestão, melhor desempenho, disponibilidade, utilização de recursos e custos de forma mais ágil e exata, permitindo melhor planejamento, tomadas de decisão e ações rápidas, cada vez mais demandadas pelos ambientes produtivos.

11.2. Entende-se que não é necessário o parcelamento, uma vez que os resultados dos exames são diretamente ligados às avaliações clínicas.

11.3. A saúde de qualquer pessoa deve ser analisada de forma geral por um médico e com base no maior número possível de informações. Sendo assim, a divisão dos serviços da presente contratação em itens, desfavorece a reunião das informações médicas, comprometendo, assim, a avaliação da saúde dos servidores.

11.4. Ademais, firmar outros contratos de pequeno valor, exclusivos para cada serviço, majoraria os custos operacionais da Administração com execução financeira e fiscalização contratual e poderia, ainda, desmotivar a participação das empresas do mercado, em virtude do pequeno volume financeiro contratado.

12. INDICADORES PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE ESPERADA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. O acompanhamento qualitativo do objeto contratual se dará mediante a medição dos níveis de serviços do contrato, conforme modelo de IMR a ser inserido como anexo do Termo de Referência

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Atender à legislação trabalhista relacionada à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme detalhamento do tópico 2 supra.

13.2. Ainda, garantir a manutenção e análise das condições de segurança no ambiente de trabalho, de modo a inibir possíveis acidentes e reduzir o absenteísmo.

14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

14.1. Não foram observadas providências específicas a serem tomadas pela Coren-SP em relação à contratação em si. O acompanhamento da execução contratual do objeto será mantido por empregados da Gerência de Gestão de Pessoas do Coren-SP que já o realizam atualmente, não demandando treinamento para o exercício das atividades de fiscalização.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

15.1. Não existem outros processos de contratação em andamento relacionados ao objeto de estudos deste ETP.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO (SE APLICÁVEIS)

16.1. Não foram observados impactos ambientais decorrentes da execução do objeto deste ETP.

17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. Elemento de Despesa 6.2.2.1.1.33.90.39.002.030 – Serviços Perícia, Assessoria, Consultoria, Tradução e afins.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos obtidos neste estudo preliminar realizado por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que é **VIÁVEL** a presente contratação.

DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que as informações contidas no presente ETP **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

O presente Estudo Preliminar é parte integrante do Termo de Referência desta contratação e deverá ser publicado enquanto anexo do Edital de Licitação.

São Paulo, 20 de julho de 2022.

INTEGRANTE REQUISITANTE / TÉCNICO	Flávia Cristina Bianchin Gerente - GGP Matrícula 1092
INTEGRANTES DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO	Ingrid Wendy Carrel Assessora I - GCC Matrícula 1177 Henrique Pereira Soares Coordenador de Área – GCC/SCC Matrícula 975



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

APENSO I – INFORMAÇÕES RELEVANTES - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/2018

1. ENDEREÇOS DAS UNIDADES E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

1.1. Sem prejuízo de informações possivelmente coletadas por meio de vistorias realizadas, abaixo são apresentadas algumas informações entendidas como relevantes a respeito das unidades em funcionamento do Coren-SP. As informações em questão, especialmente características físicas e relacionadas à população fixa das unidades, decorrem de informações repassadas pelos responsáveis por cada unidade e compiladas pela unidade técnica do Coren-SP durante os estudos preliminares.

1.2. Endereços das unidades e horários de funcionamento:

UNIDADE	CNPJ	ENDEREÇO	HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO
Unidade Sede	44.413.680/0001-40	Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP.: 01331-000	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Coren-SP Educação	44.413.680/0010-31	Rua Dona Veridiana, 298, Santa Cecília, São Paulo/SP, CEP 01238-010	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 17h00
Subseção Araçatuba	44.413.680/0006-55	Rua José Bonifácio, 245, Centro, CEP 16010-380	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Subseção Botucatu	44.413.680/0012-01	Rua Braz de Assis, 235, Vila do Lavradores, CEP 18609-096	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Subseção Campinas	44.413.680/0007-36	Rua Saldanha Marinho, 1046, Botafogo, CEP 13013-081	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Subseção Guarulhos	44.413.680/0013-84	Rua Morvam Figueiredo, 65, Conj. 62 e 64, Centro, CEP 07090-010	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Subseção Itapetininga	44.413.680/0011-12	Rua Cesário Mota, 418, Centro, CEP 18200-080	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Subseção Marília	44.413.680/0003-02	Av. Rio Branco, 262, Alto Cafezal, CEP 17502-000	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Subseção Osasco	44.413.680/0017-08	Rua Cipriano Tavares, 130, sala 01 (térreo), Centro CEP 06010-100	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Subseção Presidente Prudente	44.413.680/0005-74	Avenida Washington Luiz, 300, Centro, CEP 19010-090	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Nape Registro	44.413.680/0016-27	Unidade com atividades presenciais temporariamente suspensas	-
Subseção Ribeirão Preto	44.413.680/0004-93	Av. Presidente Vargas, 2001, Conj. 194, Jd América, CEP 14020-260,	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Subseção Santo André	44.413.680/0015-46	Rua Dona Eliza Fláquer, 70 - salas 31, 36 e 38, CEP 09020-160	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Subseção Santos	44.413.680/0002-21	Avenida Dr. Eptácio Pessoa, 214, Embaré, CEP 14020-260	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Subseção São José dos Campos	44.413.680/0008-17	Av. Dr. Nelson D'ávila, 389, salas 141 e 142, Centro, CEP 12.245-030,	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Subseção São José do Rio Preto	44.413.680/0009-06	Avenida Alberto Andaló, 3764, Vila Redentora, CEP 15015-000	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Nape Santo Amaro	44.413.680/0014-65	Rua Amador Bueno, 328 - Sala 1 - Térreo Santo Amaro - CEP 04752-005	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00
Nape Sorocaba	44.413.680/0018-99	Av. Washigton Luiz, 310, sala 36 (3º andar), Jd. Emília, CEP 18031-000,	Segunda a sexta-feira, das 07h00 às 11h00 e 14h00 às 16h00



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2. QUADRO FUNCIONAL

2.1. Tabela de cargos e quantidades de funcionários por unidades já existentes do Coren-SP, considerando o total de vagas preenchidas (Fonte: GGP/Coren-SP, dados de jun/2022).

Função	1 - Sede (São Paulo)	2 - Araçatuba	3 - Botucatu	4 - Campinas	5 - Coren-Educação/ Nape Sta Cecília (SP)	6 - Guarulhos	7 - Itapetininga	8 - Marília	9 - Osasco	10 - Presidente Prudente	11 - NAPE Registro	12 - Ribeirão Preto	13 - NAPE Santo Amaro (SP)	14 - Santo André	15 - Santos	16 - São José do Rio Preto	17 - São José dos Campos	18 - Sorocaba	Total Geral
Administrador de Banco de Dados	1																		1
Advogado (A)	6																		6
Ag Administrativo II	1																		1
Agente Administrativo	72	2	2	7	4	3	1	4	3	2	1	2	2	3	2	2	2	1	115
Agente Laboratório de Simulação Realística					1														1
Almoxarife	1																		1
Analista de Recursos Humanos	1																		1
Analista de Segurança da Informação	1																		1
Analista de Sistemas	2																		2
Analista de Sistemas Junior	2																		2
Aprendiz em Administração	4																		4
Asses de Imprensa	1																		1
Assessor de Projetos de Engenharia	1																		1
Assessor de Relações Institucionais	1																		1
Assessor I	15																		15
Assessor II	2																		2
Assessor IV	1																		1
Assistente de Comunicação	1																		1
Auxiliar Administrativo I														1					1
Auxiliar Administrativo	5																		5
Auxiliar de Fiscalização	2			1												1			4
Auxiliar de Recursos Humanos	3																		3
Bibliotecário					1														1
Chefe Administrativo de Conciliação de Fiscalização	1																		1
Chefe Administrativo de Subseção								1											1
Chefe de Gabinete	1																		1
Chefe Técnico de Conciliação Ética Disciplinar	1																		1
Gestor de área			1	2		1		1	1			1		1	1	1	1		12
Contador (A)	4																		4
Controlador Geral	1																		1



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Função	1 - Sede (São Paulo)	2 - Araçatuba	3 - Botucatu	4 - Campinas	5 - Coren-Educação/ Nape Sta Cecília (SP)	6 - Guarulhos	7 - Itapetininga	8 - Marília	9 - Osasco	10 - Presidente Prudente	11 - NAPE Registro	12 - Ribeirão Preto	13 - NAPE Santo Amaro (SP)	14 - Santo André	15 - Santos	16 - São José do Rio Preto	17 - São José dos Campos	18 - Sorocaba	Total Geral
Coordenador de área	18	1		1		1			1	1		1			1	1	1		27
Copeiro	3				1														4
Designer Gráfico	1																		1
Enc. Unid. Registro	1																		1
Enc. Unid. RH	1																		1
Enc. Unid. Secretaria	1																		1
Enfermeiro Educação Permanente					1														1
Estagiário	32		1		1	1	1		1	1		1		1			1		41
Estatístico	1																		1
Fiscal	27	3	1	9		2	4	6	3	3		6		3	6	4	3		80
Gerente Adm. Logística Operacional	1																		1
Gerente Administrativo - Coren Educação					1														1
Gerente Atend. Profissional	2																		2
Gerente da Fiscalização	2																		2
Gerente de Compras e Contratos	1																		1
Gerente de Comunicação	1																		1
Gerente de Contabilidade	1																		1
Gerente de Gestão de Pessoas	1																		1
Gerente de Governança e Integridade	1																		1
Gerente de Processos Éticos	1																		1
Gerente de Tecnologia da Informação	1																		1
Gerente Financeiro	1																		1
Gerente Jurídico	1																		1
Mensageiro	4																		4
Motorista	2																		2
Operador Microcomputador	7																		7
Procurador Geral	1																		1
Recepcionista	2	1	1	1	3		1	1		1		1				1	1		14
Secretaria	1																		1
Técnico Em Edificações	1																		1
Técnico Em Informática	3																		3
Técnico Imagem e Som					2														2
Telefonista	6																		6
Total Geral	257	7	6	21	15	8	7	13	9	9	1	12	2	9	10	10	9	1	406





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.2. Turnover – Média do último ano – jun/2021 a jun/2022:

Coren-SP	Turnover (%)
Média Mensal	5,42

2.3. Quantitativo de funcionários por sexo e por faixa de idade (jun/2022):

Funcionários	Homens	Mulheres
Menores de 18 anos (até 17 anos e 11 meses)	2	8
Maiores de 18 anos e menores de 45 anos	97	128
Maiores de 45 anos	67	104
Totais	166	240